

Relatório e Contas 2019



Allianz

Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

Sede: Rua Andrade Corvo, n.º 19 – 1069-014 Lisboa

Capital Social: € 1.000.000

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 501914080

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais, convoco os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral anual, no dia 29 de Junho de 2020, pelas 12 horas, na Rua Andrade Corvo, nº 32 – 3º, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º Deliberar sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do exercício de 2019, assim como sobre o parecer do Conselho Fiscal;
- 2º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.
- 4º Proceder à eleição dos membros de todos os Órgãos Sociais, para o triénio 2020/2022.

Nos termos da lei e dos estatutos, e sem prejuízo do direito de agrupamento, podem participar na Assembleia Geral os acionistas que, até aos 15 dias anteriores à data de realização da reunião, tenham depositadas na sede da sociedade as ações de que sejam titulares ou apresentado documento comprovativo do respetivo depósito em instituição de crédito ou outra legalmente equiparada para o efeito.

A cada grupo mínimo de seis ações corresponde um voto.

Nos termos do art. 289º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais, as propostas a submeter à Assembleia Geral, assim como os demais instrumentos de informação preparatória, estarão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Sociedade.

Lisboa, 29 de Maio de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Dr. José Vaz Serra de Moura
(em representação da Companhia de Seguros Allianz Portugal)

RELATÓRIO E CONTAS

2019

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., submete à vossa apreciação o presente relatório de gestão, bem como o balanço da Sociedade a 31 de Dezembro, a demonstração dos resultados e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2019.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E INSTITUCIONAL

O ano de 2019 foi caracterizado por um ambiente de incerteza, com questões geopolíticas a desempenhar um papel importantíssimo: 1) A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China que geraram um grande nervosismo ao longo do período, para felizmente terminar com um acordo no final de Dezembro. 2) O famoso Brexit que também foi tranquilizado com eleições no final do ano e com uma vitória massiva de Boris Johnson, o que desbloqueou o parlamento aprovando uma saída ordenada do Reino Unido da União Europeia. Temos pela frente dois anos de intensas negociações, mas a opção do “hard brexit” ficou já descartada. 3) Não nos esqueçamos também do processo de “impeachment” recentemente aberto a Donald Trump, se bem que tendo em conta a maioria republicana no Senado antecipa-se um fracasso do mesmo e pouco impacto nos mercados. 4) Por último, os ruídos gerados tanto pelos protestos sociais em Hong Kong como pelo ataque de drones a uma refinaria de petróleo saudita provocaram volatilidade ao preço do crude e receios de uma escalada de preços e o seu efeito adverso na evolução do crescimento dos países desenvolvidos. Felizmente, o assunto não teve impacto e o preço do petróleo manteve-se posteriormente mais estável.

Os Bancos Centrais também tiveram o seu protagonismo. A Reserva Federal reduziu três vezes a taxa de referência (Julho, Setembro e Outubro) até um nível de 1,5 a 1,75%. Este movimento veio justificado pela incerteza da batalha comercial com a China e os sinais de esgotamento que começa a dar a economia. A FED confirmou uma pausa no ciclo de queda de taxas, ao afirmar que o nível de taxas atual é o apropriado para uma economia com um crescimento moderado, um mercado laboral forte e uma inflação que se encontra próxima do objetivo de 2%. Na Europa verifica-se o maior período histórico de expansão económica. O Banco Central Europeu, por sua vez, também reduziu a taxa dos depósitos interbancários em 10 pontos básicos, até -0,5%, estabelecendo um sistema de tranches para compensar parte do excesso de reservas que os bancos tenham depositadas no Banco Central. Além disso reiniciou o programa de recompra de ativos de 20 mil milhões de euros mensais, retificou que as taxas iriam manter os níveis baixos ou mesmo inferiores até que a inflação se situe de forma continuada próximo dos 2%. Dos últimos dados económicos publicados, é de destacar Portugal, com uma taxa de desemprego de 6,1%, uma inflação de

0,4% e crescimento do PIB de 1,9%. Por outro lado, temos a Alemanha com uma tímida subida do PIB de 0,1%, evitando entrar em recessão técnica ao não encadear dois trimestres com crescimento negativo. A zona euro cresce a um ritmo de 0,2% trimestral e 1,2% anual. Os últimos dados da inflação bateram as estimativas e alcançaram os 1,3% anual, deixando o último mínimo de três anos de 0,7%. O desemprego caiu para 7,5% em outubro, valor mínimo desde julho de 2008.

Nesta envolvente, dominada por tensões geopolíticas, com crescimento económico cada vez mais débil (apesar dos últimos dados económicos serem melhores afastando receios de uma recessão), convém destacar o bom comportamento de todos os ativos financeiros.

A dívida pública sofreu uma forte redução destacando-se o bom comportamento da dívida Portuguesa e Italiana. A taxa a 10 anos de Portugal fechou a 0,44%, 128 pontos básicos abaixo de 2018, com um prémio de risco de 63 pontos básicos versus a Alemanha, inferior a Espanha e ainda assim bastante afastada dos 160 pontos básicos da dívida Italiana.

As bolsas também sofreram fortes revalorizações, destacando-se os Estados Unidos que voltam a bater os máximos históricos, com o Índice Dow Jones a subir 22% e o S&P 28,5%. Na Europa o Eurostoxx 50 subiu 25%, estando as valorizações lideradas por Itália com 28%, o CAC Francês com 26% e o Dax Alemão 25%. Os piores resultados foram nas bolsas Ibéricas com +10,7% em Portugal e +12,5% em Espanha.

Quanto ao mercado dos Fundos de Pensões, em 31 de Dezembro de 2019 o valor sob gestão ultrapassou os 21,8 mil milhões de euros, segundo dados da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, representando um crescimento de 12,1% em relação ao final de 2018.

Durante o ano de 2019 não foi publicada qualquer legislação com impacto na atividade de gestão de Fundos de Pensões. De referir apenas a Proposta de Lei nº 209/XIII/4ª apresentada na Assembleia da República em 12 de julho de 2019, que aprova o novo regime jurídico da constituição e do funcionamento dos Fundos de Pensões e das Entidades Gestoras de Fundos de Pensões, transpondo a diretiva (EU) 2016/2341. Proposta que até ao momento, não foi aprovada.

ATIVIDADE

Quanto à atividade da Allianz, SGFP, S.A. em 2019 no valor dos fundos geridos verificou-se um ligeiro crescimento relativamente ao ano anterior, passando de 19.915.876 euros para 19.922.961 euros, o número de fundos sob gestão mantém-se igual, 4 fundos fechados e 1 fundo aberto com várias adesões coletivas e individuais.

A rentabilidade média dos fundos foi positiva, sendo de 3,37%, naturalmente variável de fundo para fundo em função da estrutura da carteira e da respetiva liquidez.

RESULTADOS

Apurou-se neste exercício um resultado líquido de 1.544 euros contra 4.978 euros no ano anterior, o que representa um decréscimo de 3.434 euros.

Esta evolução negativa deve-se fundamentalmente ao decréscimo da prestação de serviços.

Registou-se um decréscimo de 2,09%, resultante das comissões cobradas aos Fundos de Pensões, que passaram de 158.807 euros para 155.482 euros.

O Resultado Operacional passou de 5.096 negativos euros para 8.770 euros negativos, o que traduz um decréscimo de 3.674 euros.

O Capital Próprio ascende a 1.093.020 euros, respeitando as disposições legais e normas regulamentares em vigor. Em 31 de dezembro 2019, a Margem de Solvência da Sociedade Gestora apresenta um nível de cobertura de 136,63%, em 2018 era de 136,43%.

Os Resultados da Sociedade resumem-se como se segue:

SÍNTESE DOS RESULTADOS	2019	2018
Rendimentos e Ganhos antes de depreciações	155.620,20	161.276,22
Gastos e Perdas antes de depreciações	(164.390,61)	(166.372,25)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIACÕES	(8.770,41)	(5.096,03)
Gastos de depreciações e amortizações	0,00	0,00
RESULTADO OPERACIONAL	(8.770,41)	(5.096,03)
Juros e Rendimentos	10.869,86	10.931,25
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	2.099,45	5.835,22
Imposto S/Rendimento do Período	(554,98)	(857,18)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.544,47	4.978,04

PERSPETIVAS PARA 2020

Mercado de Fundos de Pensões

Para 2020 não se prevê alteração no mercado interno dos fundos de pensões.

Para dar resposta à procura de complementos de reforma privados continuamos a apostar na comercialização do fundo de pensões aberto.

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em cumprimento do disposto na alínea f) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que ao resultado deste exercício no valor de 1.544,47 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para reserva legal:	€ 100,00
Para resultados transitados:	€ 1.444,47

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração quer agradecer a confiança que mereceu das empresas clientes e dos acionistas e prestar homenagem à atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal e pela PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda. Quer também agradecer a todos os colaboradores da Sociedade, designadamente à Diretora Geral, Dra. Ana O'Neill e ao Contabilista Certificado, Dra. Joana Pedro, pela sua dedicação e competência.

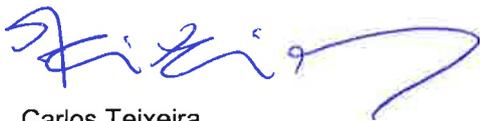
Lisboa, 20 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração

Teresa Brantuas



Maria Ana Martins



Carlos Teixeira

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

(Artigo 448º, nº 4 do Código das Sociedades Comerciais)

Companhia de Seguros Allianz Portugal: 17.719 ações

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

u: €

ATIVO	Notas	2019	2018
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	0,00	0,00
Ativos intangíveis	8	0,00	0,00
Outros Investimentos financeiros	9	917.791,52	1.133.058,65
		917.791,52	1.133.058,65
Ativo corrente			
Clientes	11	40.532,59	40.181,32
Estado e outros entes públicos	12	2.149,72	3.527,52
Outros Créditos a receber	13	7.238,99	7.376,18
Diferimentos	14	1.200,31	427,83
Outros ativos financeiros	10	150.033,63	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	75.132,55	13.654,38
		276.287,79	65.167,23
Total do Ativo		1.194.079,31	1.198.225,88
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	15	1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas	16		
Reservas legais		43.250,00	43.000,00
Outras reservas		29.424,78	29.424,78
		72.674,78	72.424,78
Resultados transitados		18.800,63	14.072,59
Resultado líquido do período		1.544,47	4.978,04
Total do Capital Próprio		1.093.019,88	1.091.475,41
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	12	2.766,15	2.614,52
Outras dividas a pagar	17	98.293,28	104.135,95
		101.059,43	106.750,47
Total do Passivo		101.059,43	106.750,47
Total Capital Próprio e do Passivo		1.194.079,31	1.198.225,88
Fundos de Pensões sob gestão	27	19.922.961,15	19.915.875,50

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Joana Pedro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Teresa Brantuas



Maria Ana Martins



Carlos Teixeira

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

u: €

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2019	2018
Serviços prestados	19	155.481,94	158.807,27
Fornecimentos e serviços externos	20	(93.516,31)	(95.111,94)
Gastos com o pessoal	21	(51.178,23)	(50.629,56)
Outros rendimentos	22	138,26	2.468,95
Outros gastos	23	(19.696,07)	(20.630,75)
Resultado antes depreciações, gastos de financiamento e impostos		(8.770,41)	(5.096,03)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(8.770,41)	(5.096,03)
Juros e rendimentos similares obtidos	24	10.869,86	10.931,25
Resultado antes de impostos		2.099,45	5.835,22
Imposto sobre o rendimento do período	25	(554,98)	(857,18)
Resultado líquido do período		1.544,47	4.978,04
Resumo:			
Resultados antes depreciações, gastos de financiamento e impostos		(8.770,41)	(5.096,03)
Resultado Operacional antes de gastos de financiamento e impostos		(8.770,41)	(5.096,03)
Resultado antes de impostos		2.099,45	5.835,22
Resultado líquido do período		1.544,47	4.978,04

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Joana Pedro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Teresa Brantuas



Maria Ana Martins



Carlos Teixeira

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2018

Descrição		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição a 1 de Janeiro de 2018	1	1.000.000,00	40.000,00	29.424,78	(39.949,49)	57.022,08	1.086.497,37
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
Sub-Total	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8					4.978,04	4.978,04
Resultado integral	9=7+8	0,00	0,00	0,00	0,00	4.978,04	4.978,04
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
Distribuição							
Outras Operações			3.000,00	0,00	54.022,08	(57.022,08)	0,00
Sub-Total	10	0,00	3.000,00	0,00	54.022,08	(57.022,08)	0,00
Posição a 31 de Dezembro de 2018	11=6+9+10	1.000.000,00	43.000,00	29.424,78	14.072,59	4.978,04	1.091.475,41

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2019

Descrição		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição a 1 de Janeiro de 2019	1	1.000.000,00	43.000,00	29.424,78	14.072,59	4.978,04	1.091.475,41
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
Sub-Total	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8					1.544,47	1.544,47
Resultado integral	9=7+8	0,00	0,00	0,00	0,00	1.544,47	1.544,47
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
Distribuição							
Outras Operações			250,00	0,00	4.728,04	(4.978,04)	0,00
Sub-Total	10	0,00	250,00	0,00	4.728,04	(4.978,04)	0,00
Posição a 31 de Dezembro de 2019	11=6+9+10	1.000.000,00	43.250,00	29.424,78	18.800,63	1.544,47	1.093.019,88

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

u: €

	Períodos	
	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Clientes	161.349,95	167.758,23
Pagamentos a Fornecedores	(119.999,05)	(94.353,86)
Pagamentos ao Pessoal	(56.247,81)	(56.723,49)
Caixa gerada pelas operações	(14.896,91)	16.680,88
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	822,83	(3.146,30)
Outros recebimentos/pagamentos	(615,10)	(584,52)
Fluxos de caixa das atividades operacionais(1)	(14.689,18)	12.950,06
Fluxos de Caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros	0,00	(180.869,67)
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	59.656,80	151.715,00
Outros ativos		
Juros e rendimentos similares	16.510,55	20.306,26
Dividendos		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	76.167,35	(8.848,41)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de Caixa e seus equivalentes = (1 + 2 + 3)	61.478,17	4.101,65
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.654,38	9.552,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período	75.132,55	13.654,38

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

Descrição	2019	2018
Caixa	374,10	374,10
Depósitos à ordem	74.758,45	13.280,28
Total	75.132,55	13.654,38

ANEXO
ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações Gerais

A **ALLIANZ** - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., (adiante designada por Allianz, SGFP ou Sociedade), tem por objeto social o exercício da atividade de gestão, administração e representação de Fundos de Pensões.

A empresa é uma sociedade anónima, com sede em Portugal, na Rua Andrade Corvo nº 19 – Lisboa.

ALLIANZ – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., pertence ao grupo da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., com sede na Rua Andrade Corvo, 32, Lisboa.

De acordo com o regime jurídico aplicável às Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, a Allianz, SGFP encontra-se sujeita à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade é responsável pela gestão de quatro Fundos fechados e um Fundo aberto.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no exercício no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI).

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2020.

A moeda de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras é o Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo.

As políticas contabilísticas encontram-se consistentes com as utilizadas em exercícios anteriores, pelo que, os valores do exercício de 2019 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores registados na coluna correspondente ao ano de 2018.

Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das

estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nesta nota nas principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Especialização de exercícios

A Sociedade reconhece os rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registados nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como se segue:

Equipamento administrativo:	
Móveis e Utensílios	8 anos
Máquinas de Escritório	5 anos
Computadores	3 anos
Equipamento básico:	10 anos

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Outros Investimentos/Ativos financeiros

A mensuração inicial é efetuada ao justo valor, os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição dos investimentos/ativos financeiros devem ser incluídos no justo valor.

Os investimentos/ativos financeiros da Sociedade tratam-se de ativos a deter até à maturidade, pelo que se encontram mensurados ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda por imparidade. O ajustamento é calculado através do método da taxa efetiva.

Imparidade dos ativos

Em cada data do balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade.

Critério de imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorrem após o seu reconhecimento inicial, tais como:

Para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação;

Para os títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade.

e) Fundos de Pensões sob gestão

Esta rubrica reflete os ativos dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade. Os ativos dos Fundos são valorizados em conformidade com as regras definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, na Norma regulamentar nº 26/2002-R de 31 de dezembro e Norma regulamentar nº 9/2007-R de 28 de junho.

f) Imposto sobre rendimentos

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,5% sobre o lucro tributável.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2014 a 2016 é de 12 anos. Para os períodos de 2012 e 2013, bem como para os períodos de tributação que se iniciem após 1 de janeiro de 2017(inclusive), o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de cinco anos.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados após 1 de janeiro de 2014 (inclusive).

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido.

g) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito compreende as prestações de serviços aos fundos de pensões. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

h) Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor e subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

i) Dívidas a pagar

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor e, subsequentemente, pelo custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante.

j) Caixa e Depósitos bancários

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

k) Benefícios pós-emprego

Planos de contribuição definida

As responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos empregados da Sociedade são reconhecidas como um gasto do período quando devidas. Quando as contribuições não se vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respetivo serviço, são descontadas usando a taxa de desconto determinada por referência aos rendimentos de mercado no fim do período de relato para obrigações de alta qualidade de empresas para a moeda e maturidade semelhante ao prazo esperado do vencimento das contribuições.

3.3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Sociedade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são menos apropriadas.

Impostos sobre os lucros:

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuada pela Sociedade, durante um período de cinco a doze anos (cinco anos para prejuízos apurados em 2012 e 2013, doze anos para prejuízos apurados entre 2014 e 2016 e cinco anos para os prejuízos apurados de 2017 a 2019), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração da Sociedade situações que coloquem em causa a sua continuidade.

3.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Sociedade classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2019 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 2019 e 2018 é constituída pelos seguintes saldos:

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

Descrição	2019	2018
Caixa	374,10	374,10
Depósitos à ordem	74.758,45	13.280,28
Total	75.132,55	13.654,38

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Sociedade não alterou políticas e estimativas contabilísticas. Não tendo igualmente efetuado registo de erros.

6. Partes relacionadas

A companhia de Seguros Allianz Portugal detém 88,60% das ações da sociedade. Os restantes 11,40% encontram-se dispersos por diversos acionistas.

A Sociedade é consolidada nas contas da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., com sede na Rua Andrade Corvo, 32, Lisboa.

Transações entre partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

Descrição	2019			
	Contas a pagar	Contas a receber	Serviços	
			Obtidos	Prestados
Companhia de Seguros Allianz, S.A.	55.271,60	0,00	44.936,26	0,00
Fundos de Pensões				
Fundo de Pensões Allianz Portugal	0,00	15.732,57	0,00	60.993,98
Fundo de Pensões AZPII	0,00	4.200,71	0,00	16.096,76
Fundo de Pensões AZPIII	0,00	14.747,52	0,00	56.347,90
Fundo de Pensões Aberto Reforma Mais	0,00	3.777,02	0,00	14.305,08
TOTAL	55.271,60	38.457,82	44.936,26	147.743,72

Descrição	2018			
	Contas a pagar	Contas a receber	Serviços	
			Obtidos	Prestados
Companhia de Seguros Allianz, S.A.	55.284,76	0,00	44.946,96	0,00
Fundos de Pensões				
Fundo de Pensões Allianz Portugal	0,00	16.501,82	0,00	68.379,82
Fundo de Pensões AZPII	0,00	4.176,36	0,00	16.066,43
Fundo de Pensões AZPIII	0,00	14.011,76	0,00	53.131,75
Fundo de Pensões Aberto Reforma Mais	0,00	3.619,01	0,00	14.122,17
TOTAL	55.284,76	38.308,95	44.946,96	151.700,17

7. Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido no valor dos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2018		2019				Valor Líquido
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Aquisições	Abates	Alienações	Depreciações do exercício	
Equipamento básico	1.597,93	(1.597,93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	29.515,08	(29.515,08)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	31.113,01	(31.113,01)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8. Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido no valor dos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2018		2019				Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisição	Abates	Alienações	Amortizações do exercício	
Programas de computador	50.903,50	(50.903,50)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	156,15	(156,15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	51.059,65	(51.059,65)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nesta rubrica, encontram-se registados os custos incorridos com a aquisição de software, os quais estão registados ao custo de aquisição líquido das respetivas amortizações acumuladas.

9. Outros investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de outros investimentos financeiros apresentava a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Outros Investimentos Financeiros		
Obrigações-Divida Publica	587.003,17	800.584,95
Obrigações-Emissores Privados	330.788,35	332.473,70
TOTAL	917.791,52	1.133.058,65

10. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de outros ativos financeiros apresentava a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Outros Ativos Financeiros		
Obrigações-Emissores Privados	150.033,63	0,00
TOTAL	150.033,63	0,00

Esta rubrica é de ativos financeiros com maturidade inferior a um ano.

11. Clientes

Detalhe a 31-12-2019

Descrição	Por vencer	Entre 0 e 90 Dias	Entre 90 e 180 Dias	Entre 180 e 360 Dias	Entre 360 e 720 Dias	> 720 dias
Cientes	0,00	40.532,59	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	40.532,59	0,00	0,00	0,00	0,00

Detalhe a 31-12-2018

Descrição	Por vencer	Entre 0 e 90 Dias	Entre 90 e 180 Dias	Entre 180 e 360 Dias	Entre 360 e 720 Dias	> 720 dias
Cientes	0,00	40.181,32	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	40.181,32	0,00	0,00	0,00	0,00

12. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2019		2018	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamento Especial por Conta	2.401,70	0,00	2.401,70	0,00
Pagamento Conta	303,00	0,00	0,00	0,00
Estimativa de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	(554,98)	0,00	1.125,82	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	515,00	0,00	407,00
Imposto de Selo	0,00	1.558,95	0,00	1.546,36
Contribuições para a Segurança Social	0,00	692,20	0,00	661,16
TOTAL	2.149,72	2.766,15	3.527,52	2.614,52

13. Outros Créditos a Receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Juros a receber		
Obrigações-Dívida Pública	3.990,68	4.125,15
Obrigações-Emissores Privados	3.248,31	3.251,03
TOTAL	7.238,99	7.376,18

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Diferimentos Ativos		
Seguros	626,39	0,00
Outros	573,92	427,83
TOTAL	1.200,31	427,83

15. Capital Subscrito

Em 31 de dezembro de 2019, o Capital da ALLIANZ, SGFP, S.A., é de um milhão de euros, representado por 20.000 ações, no valor nominal unitário de cinquenta euros, integralmente subscrito e realizado.

A estrutura acionista da Sociedade em 31 de Dezembro de 2019, foi a seguinte:

Acionistas	2019	
	Capital Subscrito	%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	885.950,00	88,60%
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	42.000,00	4,20%
Auto-Sueco, Lda.	36.050,00	3,61%
Unibetão – Indústrias de Betão Preparado, S.A.	18.000,00	1,80%
Fundo de Pensões Eurospuma	12.000,00	1,20%
Têxteis Moura & Mattos, S.A.	6.000,00	0,60%
TOTAL	1.000.000,00	100,00%

Em relação ao exercício de 2018 não houve qualquer alteração acionista.

16. Reservas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Reservas Legais	43.250,00	43.000,00
Outras Reservas	29.424,78	29.424,78
TOTAL	72.674,78	72.424,78

Em conformidade com o Artº 295 do Código das Sociedades Comerciais, a Sociedade deverá constituir uma reserva legal formada pela afetação de 5% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até que aquela represente a quinta parte do capital subscrito.

17. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as rubricas dívidas a pagar apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Credores - Partes Relacionadas (Nota 6)	55.271,60	55.284,76
Gastos Subsídios Pessoal	4.807,69	4.578,75
Gastos Gratificações Prémios	9.847,50	8.805,00
Gastos Órgãos Sociais	1.725,00	0,00
Credores Diversos	26.641,49	35.467,44
TOTAL	98.293,28	104.135,95

A rubrica "Credores diversos" em 2019 refere-se na sua maioria a honorários.

18. Responsabilidade com Benefícios Pós-Emprego

Foi reconhecido como gasto o montante de € 619,90, referente às contribuições para a adesão da Sociedade ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Mais, sendo que em 2018 o montante foi de € 590,38.

19. Serviços Prestados

Esta rubrica traduz as comissões cobradas pela Sociedade aos fundos de pensões, de acordo com as condições definidas nos respetivos contratos de gestão:

Descrição	2019	2018
Gestão de Fundos Pensões	155.481,94	158.807,27

20. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Trabalhos especializados	80.763,24	82.961,42
Honorários Contabilista Certificado	2.300,00	2.300,00
Comissões	3,55	56,67
Material de escritório	69,88	291,02
Deslocações e estadas	7.815,60	7.824,96
Transporte de pessoal	357,95	413,93
Comunicação	300,08	253,90
Publicações obrigatórias	1.906,01	1.010,04
TOTAL	93.516,31	95.111,94

Os gastos com trabalhos especializados traduzem principalmente, o encargo com a gestão das carteiras de investimentos dos Fundos de Pensões, € 44.936,26, prestado pela Companhia de Seguros Allianz, e honorários do Revisor Oficial de Contas € 25.159,08.

Sendo que em 2018, o encargo com a gestão das carteiras de investimentos dos Fundos de Pensões, foi de € 44.946,96, prestado pela Companhia de Seguros Allianz, e honorários do Revisor Oficial de Contas, foi de € 26.279,08.

21. Gastos com pessoal

Durante o exercício de 2019 e 2018, a Sociedade teve ao seu serviço um número médio de 1 colaborador.

Os custos com pessoal referente aos exercícios de 2019 e 2018 são analisados como se segue:

Descrição	2019	2018
Remunerações		
Órgãos Sociais	1.800,00	2.194,60
Pessoal	38.323,00	39.625,24
Encargos sobre remunerações	7.624,16	6.452,04
Benefícios pós-emprego		
Plano de contribuição definida	619,90	590,38
Seguros obrigatórios	880,85	352,71
Gastos de ação social	1.898,32	1.254,59
Formação	32,00	160,00
TOTAL	51.178,23	50.629,56

22. Outros Rendimentos

Os outros rendimentos referentes aos exercícios de 2019 e 2018 são analisados como se segue:

Descrição	2019	2018
Alienação Inv. Financeiros	0,00	1.393,25
Correções relativas a períodos anteriores	138,26	1.075,70
TOTAL	138,26	2.468,95

23. Outros Gastos

Os outros gastos referentes aos exercícios de 2019 e 2018 são analisados como se segue:

Descrição	2019	2018
Impostos	19.696,07	20.630,75

Esta rubrica refere-se essencialmente a imposto sobre o valor acrescentado suportado.

24. Juros e Rendimentos Similares

Os juros e rendimentos similares obtidos referentes aos exercícios de 2019 e 2018 são analisados como se segue:

Descrição	2019	2018
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de obrigações		
Obrigações-Divida Publica	12.466,08	11.606,66
Obrigações-Emissores Privados	3.907,28	4.591,16
Reajustamento custo amortizado	(5.503,50)	(5.266,57)
TOTAL	10.869,86	10.931,25

25. Imposto sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Não foram contabilizados ativos nem passivos por impostos diferidos.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto sobre o rendimento, no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentava a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Resultados e outras variações patrimoniais antes de impostos	2.099,45	5.835,22
Diferenças permanentes a deduzir	0,00	0,00
Diferenças permanentes a acrescer	5,62	138,25
Lucro Tributável	2.105,07	5.973,47
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Dedução de prejuízos fiscais	1.473,55	4.181,43
Matéria coletável	631,52	1.792,04
Imposto sobre o Rendimento	132,62	376,33
Derrama	31,58	89,60
Imposto corrente	164,20	465,93
Tributações autónomas	390,78	391,25
Imposto do período	554,98	857,18
Taxa efetiva de imposto	26,43%	14,69%

Os prejuízos e créditos fiscais reportáveis no período findo em 31 de dezembro de 2019, são analisados como se segue:

Exercício de Geração	Exercício Limite Utilização	Prejuízos Fiscais Disponíveis	Prejuízos Fiscais Utilizados					Prejuízos Reportáveis
			2013	2016	2017	2018	2019	
2012	2017	30.515,05	(7.276,93)	(9.370,79)	(13.867,33)	0,00	0,00	0,00
2014	2026	16.232,57	0,00	0,00	(13.672,49)	(2.560,08)		0,00
2015	2027	14.207,02	0,00	0,00	0,00	(1.621,35)	(1.473,55)	(11.112,12)
TOTAL		60.954,64	(7.276,93)	(9.370,79)	(27.539,82)	(4.181,43)	(1.473,55)	(11.112,12)

26. Dividendos

Considerando o resultado da Sociedade de € 1.544,47, deduzido do montante para Reserva Legal de € 100,00, não se optou pela distribuição de dividendos.

27. Fundos de Pensões sob gestão

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os Fundos de pensões sob gestão da Sociedade são analisados como se segue:

Fundos	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Fundo Allianz Portugal	9.293.478,16	46,65%	9.747.884,68	52,79%
Fundo AZP II	2.481.420,95	12,46%	2.467.039,88	11,71%
Fundo AZP III	5.387.204,36	27,04%	5.104.880,27	22,77%
Fundo Sun Chemical Portugal	529.904,41	2,66%	478.213,46	2,13%
Fundo Aberto Reforma Mais	2.230.953,27	11,20%	2.117.857,22	10,60%
TOTAL	19.922.961,15	100,00%	19.915.875,50	100,00%

28. Outras Informações exigidas por diplomas legais

Os honorários faturados nos exercícios de 2019 e 2018, pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas são analisados como se segue:

Descrição	2019	2018
Sociedade Gestora	17.659,08	18.179,08
Fundos de Pensões	7.500,00	8.100,00
TOTAL	25.159,08	26.279,08

Nos termos do nº 1 do artº 21 do Decreto Lei nº 41/91, a Sociedade não têm contribuições em dívida à Segurança Social.

29. Remunerações dos Órgãos Sociais

Durante o exercício de 2019 o Conselho de administração não auferiu qualquer montante.

O Conselho Fiscal auferiu o montante de € 1.800,00.

Não existe qualquer responsabilidade com benefícios pós-emprego.

30. Acontecimentos após a data do balanço

O ano de 2020 será globalmente impactado pela pandemia do novo coronavírus, Covid-19, que tem paralisado a economia nacional e internacional.

É convicção do Conselho de Administração que, apesar das incertezas futuras, não existirão impactos relevantes na atividade da Sociedade, nem na continuidade das suas operações.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2020.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Joana Pedro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Teresa Brantuas



Maria Ana Martins



Carlos Teixeira



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro 2019 (que evidencia um total de 1.194.079 euros e um total de capital próprio de 1.093.020 euros, incluindo um resultado líquido de 1.544 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 30, eventos subsequentes, das demonstrações financeiras, no respeitante às eventuais implicações do Covid19 na atividade da Entidade, é convicção do Conselho de Administração que, apesar das incertezas futuras, não existirão impactos relevantes na atividade da Entidade, nem na continuidade das suas operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

23 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.